

KITS – PATRIMÓNIO | KIT03



versão 1.0

documento definitivo

Novembro 2010

Património Industrial

Colecção *KITS* – Património

Coordenação: João Vieira e Manuel Lacerda

KIT01 – Património Arquitectónico – Geral

KIT02 – Património Arquitectónico – Habitação Multifamiliar do Século XX

KIT03 – Património Industrial

KIT04 – Património urbanístico (no prelo)

KIT05 – Património arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos

KIT06 – Património Arquitectónico – Igrejas de Misericórdia

KIT03 Património Industrial

Sumário

Ficha Técnica

Editorial

Introdução

I. Património Industrial

1. Por que deve ser conhecido e salvaguardado

2. Princípios e conceitos

2.1. O que se entende por Património Industrial

2.2. O que constitui o Património Industrial

II – Breve cronologia de enquadramento

III. Elementos do registo de inventário

IV Como contribuir para os inventários do património arquitectónico

V. Anexos

A - Exemplo de registo de inventário

B – Glossário

C - Recursos de documentação e informação

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento	GUIA DE INVENTÁRIO ARQUITECTÓNICO		
Identificador	KIT03 (1.0)		
Título	Património Industrial		
Título alternativo			
Responsável(is)	Tipo	Nome	Contacto
	Autor	Deolinda Folgado	dfolgado@ippar.pt
	Autor colectivo	IGESPAR, IP	igespar@igespar.pt
	Coordenador	Manuel Lacerda	mlacerda@ippar.pt
	Coordenador	Miguel Soromenho	msoromenho@ippar.pt
	Editor	IHRU, IP	ihru@ihru.pt
	Editor	IGESPAR, IP	igespar@igespar.pt
	Fotógrafo capa		
Versão	1.0		
Estado	Definitivo		
Data(s) de preparação	2008-08-13 a 2008-10-21		
Data de emissão	Novembro 2010		
Local de emissão	Lisboa		
Público/Destinatário(s)	Público em geral / Estudantes / Gestores de Património Arquitectónico		
Idioma	Português		
Formato	PDF		
Descrição	Guia prático que estabelece indicações e regras básicas gerais que orientam a inventariação de património arquitectónico		
Descritores	Arquitectura; Património Arquitectónico; Inventário patrimonial		
Relação documental	Tipo de relação	Documento relacionado	
	Resumo / síntese / adaptado de Complementa o	KIT01 – Património Arquitectónico - Geral	
Copyright	Todos os direitos são detidos pelo IHRU, IP e IGESPAR, IP		
Comunicabilidade	Acesso livre em linha		
Data de transmissão/publicação	2010-11-15		
Local/ endereço de transmissão/publicação	www.monumentos.pt ; www.portaldahabitacao.pt ; www.igespar.pt		
Código de arquivo			
Historial de revisão	Data	Versão	Revisão
	Fevereiro 2010	1.0	Alterações pontuais
			Responsável Paula Figueiredo Paula Noé

EDITORIAL

O Estado português, as regiões autónomas e as autarquias locais têm competências específicas e inalienáveis no domínio da protecção e valorização do património cultural. Todavia, a preservação desse legado é, face à lei, responsabilidade de todos os portugueses: de indivíduos e de organizações (sejam elas públicas ou privadas), de detentores, gestores, estudiosos, utilizadores e fruidores.

Assim sendo, uma política efectiva e consequente de preservação e valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, a das diversas regiões, comunidades e indivíduos, deverá, tanto quanto possível, privilegiar soluções contratuais dinâmicas e flexíveis que assegurem a colaboração entre os diversos protagonistas, garantam o envolvimento interessado e activo dos detentores e utilizadores desse património e promovam a racionalização e a articulação de investimentos.

De acordo com diversas cartas e convenções internacionais que visam a protecção do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, a produção, aquisição, conservação, divulgação e acesso a informação actualizada e a documentação autêntica sobre esses bens culturais são consideradas actividades essenciais de suporte ao reconhecimento, identificação, estudo, compreensão e “apropriação” desses objectos patrimoniais pelos indivíduos, comunidades e organizações e, bem assim, à sua gestão, salvaguarda e valorização.

Nessa medida, promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, a disseminação e a utilização de mais e melhor informação e documentação sobre esse património por parte dos agentes públicos e privados com intervenção no sector, assim como pelos cidadãos em geral, poderá ser uma eficaz estratégia para:

1. aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e sobre a importância da sua protecção e valorização;
2. reforçar a percepção de que o património arquitectónico, urbanístico e paisagístico pode ser um poderoso factor de distinção e de identidade individual e colectiva, bem como um eficaz motor de qualificação e desenvolvimento de lugares e regiões;
3. melhorar a qualidade da gestão e utilização desse património;
4. promover a transparência e as condições de participação pública nos processos decisórios, bem como a responsabilização social dos vários intervenientes.

Por outro lado, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR), por força das suas atribuições nos domínios da salvaguarda e valorização do património arquitectónico, da reabilitação urbana e dos sistemas de informação patrimonial, são detentores de conhecimentos específicos e de experiência técnico-científica, de metodologias e instrumentos especializados de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, recursos que importa disponibilizar junto dos agentes e utilizadores desse património.

KITS – Património é, justamente, uma colecção de guias práticos de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como de outro tipo de património cultural de algum modo àquele associado. Da responsabilidade editorial conjunta do IHRU e do IGESPAR, esta colecção foi concebida e lançada como

uma medida do *Programa Simplex 2008* (M147), iniciativa governamental que, no domínio *Cidadania*, incentiva acções que visem “disponibilizar a informação necessária ao ordenamento do território”, designadamente através da disseminação de “manuais e guias práticos”.

São objectivos desta colecção:

1. Dotar os agentes do património cultural e os cidadãos em geral de instrumentos técnicos que os orientem e apoiem em acções de reconhecimento, identificação e documentação do “seu” património;
2. Promover a constituição de inventários patrimoniais tecnicamente consistentes de âmbito local e sectorial, e a sua utilização como ferramentas de apoio à salvaguarda e valorização;
3. Contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação patrimonial que garanta a transmissão e o intercâmbio de dados consistentes e com um grau aceitável de rigor entre sistemas de informação e documentação, bem como a sua divulgação junto dos diversos públicos potenciais.

Cada um dos números desta colecção, dedicado a um tipo específico de património ou a um aspecto concreto da sua gestão e utilização, deve ser considerado uma obra em aberto, um projecto em curso, sujeito, por isso, a actualizações periódicas que não só incorporem as melhores práticas no sector como as sugestões e os contributos dos seus utilizadores finais. O grau de profundidade dos conteúdos apresentados em cada um dos números será, portanto, assumidamente desigual, reflectindo mais o estado de desenvolvimento do conhecimento disponível, a cada momento, sobre cada matéria, do que uma decisão equalizadora de estratégia editorial.

A sua publicação é preferencialmente realizada em formato electrónico e a sua distribuição oficial, livre de encargos, assegurada através dos sítios *web* institucionais e temáticos dos editores.

Em suma, **KITS – Património** resulta da genuína e empenhada vontade dos seus editores e autores de trabalharem concertadamente tendo em vista a preparação e a disponibilização, junto da comunidade, de um conjunto consensual de conhecimentos básicos, experiências e instrumentos que fomentem a cultura de partilha, viabilizem o esforço cooperativo e promovam a rentabilização de investimentos dos vários interessados e intervenientes na salvaguarda e valorização do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico do país.

Em última análise, com a publicação desta colecção procuram os seus editores contribuir para a operacionalização dos seguintes princípios orientadores da sua actividade patrimonial: “conhecer para valorizar”; “informar para proteger”.

INTRODUÇÃO

1. Definição

- 1.1. O presente trabalho é um guia prático de nível básico sobre inventariação de património industrial.
- 1.2. Este guia não deve ser confundido com:
 - uma norma de inventariação de património arquitectónico;
 - um esquema de meta-informação de suporte ao desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão de inventários de património arquitectónico.

2. Conteúdos

- 2.1. O presente documento resulta de um trabalho de recolha, análise, (re)processamento, discussão e síntese de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos sobre inventariação de património industrial detidos pelos seus autores.
- 2.2. Os conteúdos desta edição são parcialmente complementados pelos conteúdos publicados no **KIT01**, sobre património arquitectónico em geral.
- 2.3. Os conteúdos agora publicados podem ser aprofundados através da consulta dos inventários patrimoniais geridos por ambos os editores e disponíveis em www.monumentos.pt e www.ippar.pt.

3. Comentários

- 3.1. O presente trabalho é um documento em constante actualização. Os editores encorajam todos os interessados a contribuírem com comentários e sugestões que visem a melhoria dos seus conteúdos.
- 3.2. Esses comentários e sugestões deverão ser enviados para qualquer um dos seguintes endereços do ponto focal *KITS Património*:
 - endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;
 - endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141 SACAVÉM

I - PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

1 – Por que deve ser conhecido e salvaguardado

Em Portugal o património industrial começou a ser estudado, salvaguardado e divulgado de um modo mais científico e sistemático, com base num corpo teórico e / ou conceptual, essencialmente a partir dos anos oitenta do século XX.

O universo do património industrial continua, no entanto, a causar alguma estranheza que se prende com a sua própria especificidade:

- a sua escala;
- o seu carácter funcional;
- as suas formas;
- os seus materiais;
- a sua cronologia.

Paradoxalmente, a própria essência deste património contribui para a dificuldade da sua salvaguarda.

A prioridade que é dada à elaboração de um primeiro KIT de inventário onde o património industrial se encontra presente, sustenta-se precisamente na urgência em conhecer e registar exemplares deste universo, o qual integra realidades, extremamente distintas, com diferentes valores e identidades, que na sua maioria permanece vulnerável. A realização do registo do património industrial a um território alargado poderá, assim, contribuir para uma melhor gestão destes recursos patrimoniais, de modo a constituírem um factor importante para um desenvolvimento mais sustentável e harmonioso entre o passado e o presente, mantendo a identidade e a singularidade de cada local.

2 – Princípios e conceitos

2.1. O que se entende por Património Industrial

- a) O património industrial reflecte valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.
- b) O património industrial integra ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.
- c) O património industrial associa-se comumente a uma época cronológica precisa – Revolução Industrial. Deve, no entanto, entender-se este património num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação e sincretismo das fases pré-industriais, proto-industriais, manufactureiras e industriais.
- d) O património industrial integra todos os bens resultantes de uma actividade produtiva desenvolvida ao longo de gerações.
- e) Entenda-se, também, por património industrial o legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória colectiva.

2.2. O que constitui o património industrial

- a) Constituem o universo de estudo do património industrial os bens imóveis e móveis integrados ou deslocados, os bens arquivísticos, iconográficos,

fotográficos, fonográficos ou cinematográficos associados ou produzidos directa ou indirectamente no seio da empresa, como expressão estrutural da industrialização. É nesta interacção da diferente documentação que se obtém o entendimento global do **património industrial**, vivificando os valores culturais a transmitir às gerações seguintes.

- b) O património industrial integra, igualmente, edificações isoladas, conjuntos ou sítios, definidos pelos diversos programas construtivos ou pelas diferentes funções em articulação com o território, incorpora uma arquitectura, um urbanismo e uma paisagem de cariz industrial.

O património industrial retém para as gerações futuras as mudanças operadas ao nível do saber-fazer, da ciência, da mecânica e do automatismo indissociáveis de uma reestruturação económica, social, cultural e técnica, fazendo avançar as mentalidades do seu tempo. É, por isso, imperioso salvaguardar o património industrial.

II – BREVE CRONOLOGIA DE ENQUADRAMENTO

DATA	FACTOS NACIONAIS	FACTOS INTERNACIONAIS
1698		Thomas Severy – patente de uma máquina a vapor
1705		Thomas Newcomen – constrói a primeira máquina a vapor industrial
1763		James Watt – aperfeiçoa a máquina New Comen, criando um novo órgão separado do cilindro, o condensador. Nesta data a máquina de Watt toma o aspecto definitivo que ainda hoje conservam as máquinas de êmbolo.
1764	Fundação da Real Fábrica do Fundão (Provisão Régia de D. José I)	
1769	Fundação da Real Fábrica de Panos, Manufatura do Estado, Covilhã Fundação da Fábrica Escola Irmãos Stephens, na Marinha Grande	
1777-1779		Primeira ponte em ferro – Coalbrookdale, Grã-Bretanha.
1789	Fundação da Real Fiação de Tecidos de Tomar	
1792	A Real Fiação de Tecidos de Tomar é mecanizada. Fiação hidráulica.	
1821	A máquina a vapor é introduzida em Portugal	
1824		Joseph Aspedin – regista a patente da invenção do Cimento Portland
1829		A locomotiva Georges Stephenson atinge, sem carga, a velocidade de 56 Km/h
1848	Iluminação a Gás a Lisboa (Baixa e Chiado)	
1851		Inauguração do Palácio de Cristal, em Londres, Joseph Paxton. Primeira Exposição Universal
1849	Início da Fábrica de Stº Amaro, Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense. Arquitecto Pires da Fonte	
1856	Inauguração da primeira ligação ferroviária, Lisboa - Carregado Criação da Companhia das Águas de Lisboa	
1859	É fundada a Companhia Real dos Caminhos de Ferro	
1865	Inauguração da Estação Ferroviária de Santa Apolónia Inauguração do Palácio de Cristal, no Porto Fundação da Companhia União Fabril, em Lisboa	
1877	Construção da Ponte D. Maria Pia, no Porto, por Gustave Eiffel	
1879		Exposição de Berlim – primeiro caminho-de-ferro eléctrico foi accionado através de motores em série de corrente contínua
1880		Primeiro ascensor
1881		Primeiro carro eléctrico
		Início da utilização da energia das quedas de água para impulsionar os dínamos
		Exposição de Paris, totalmente dedicada à electricidade
1888	Ponte D. Luís, no Porto	

DATA	FACTOS NACIONAIS	FACTOS INTERNACIONAIS
1889	Primeira iluminação eléctrica pública, Avenida da Liberdade	
		Exposição Universal de Paris. Torre Eiffel
1890	Inauguração da Estação Ferroviária do Rossio. Utilização do ferro como material estrutural	
1891	Constituição das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade	
1894	Primeira fábrica de cimento Portland artificial, Fábrica de António Moreira Rato, em Alhandra	
1895	Caminho de ferro entre Belém e Cais de Sodré	
1897	Utiliza-se pela primeira vez o betão armado como elemento estrutural numa fábrica. Fábrica de moagem do Caramujo.	
1898		Sai o primeiro número da revista mensal <i>Le Béton Armé, Organe des Concessionnaires et agents du système Hennebique</i>
1900	Primeiro número da <i>Construção Moderna</i>	
1903	Central termo Eléctrica de Lisboa, Boavista	
1908	Constituição da Electra del Lima, para o aproveitamento das quedas de água do Rio Lima	
1908	Inauguração da primeira unidade fabril da CUF, no Barreiro.	
1909		Manifesto Futurista de Marinetti
1919	Inaugura-se a Central Tejo II. Autoria Casa Vieillard et Touzet	
1921	Laboração do primeiro forno rotativo de cimento artificial, na Fábrica Maceira Liz	
1938	Inaugura-se a Central Tejo III	
1945	Constituição da Hidroeléctrica do Cávado e do Zêzere, empresas fundamentais para a produção de hidroelectricidade	
1951	Iniciam-se os aproveitamentos dos Rios Rabagão, Zêzere, Cávado, Douro e Távora	
	Inauguração da Barragem de castelo de Bode	
1966	Inauguração da ponte sobre o Tejo, designada de Oliveira Salazar	
1968		Funda-se o <i>Ironbridge Gorge Museum</i>
1973		Cria-se o <i>Ecomusée Le Creusot</i>
		Criação do TICCH – <i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
		O TICCH define Património Industrial
1997		Primeiro bem de natureza industrial a integrar a lista da UNESCO, como Património da Humanidade – Hallstatt-Dachstein salz Kammergut Cultural Landscape, Exploração de Sal na Áustria

III. ELEMENTOS DO REGISTO DE INVENTÁRIO

1. Registo de inventário

- 1.1. O inventário do património industrial é um conjunto estruturado e normalizado de registos referentes a grupos de edifícios, edifícios e ou fracções de edifícios de carácter industrial, bem como ao outros testemunhos materiais e imateriais resultantes de uma determinada actividade produtiva.
- 1.2. Do ponto de vista do grau de profundidade ou detalhe da informação apresentada, esses registos podem incluir-se em duas categorias: registos de inventário; registos de pré-inventário.

2. Elementos de informação do registo de inventário

- 2.1. A escolha da estrutura de elementos de informação que integram os registos de inventário e de pré-inventário deverá resultar da ponderação dos seguintes factores condicionantes: objectivos/funções, produtos e destinatários previstos; recursos financeiros, tecnológicos e humanos disponíveis; período de tempo.
- 2.2. A tabela seguinte apresenta um modelo de estrutura-base de elementos de informação que poderão integrar um registo de inventário de um edifício, sendo que se consideram

	ELEMENTO	PREENCHIMENTO	KIT FONTE
01	Categoria	Obrigatório	✓
02	Tipo	Obrigatório	✓
03	Identificador	Obrigatório	KIT01
04	Designação	Obrigatório	KIT01
05	Localização	Obrigatório	KIT01
06	Acesso	Obrigatório	KIT01
07	Protecção	Obrigatório	KIT01
08	Época de construção	Obrigatório	KIT01
09	Imagem	Obrigatório	KIT01
10	Enquadramento	Obrigatório	✓
11	Descrição	Opcional	✓
12	Arquitecto / Construtor / Autor	Opcional	KIT01
13	Cronologia	Opcional	KIT01
14	Tipologia	Opcional	✓
15	Bens móveis	Opcional	✓

16	Utilização inicial	Opcional	KIT01
17	Utilização actual	Opcional	KIT01
18	Proprietário	Opcional	KIT01
19	Utente	Opcional	KIT01
20	Conservação geral	Opcional	KIT01
21	Documentação	Opcional	KIT01
22	Observações	Opcional	KIT01
23	Autor	Obrigatório	KIT01
24	Data	Obrigatório	KIT01
25	Tipo de registo	Obrigatório	KIT01

- 2.3. Segundo o modelo de estrutura-base de elementos de informação referido em 2.2., consideram-se:
- 2.3.1. *registos de inventário* aqueles que apresentam informação em todos os elementos (01 a 25);
- 2.3.2. *registos de pré-inventário* aqueles que apresentam informação nos elementos considerados de preenchimento obrigatório (01 a 10; 23 a 25).
- 2.4. Cada um dos 25 elementos de informação apresentados na tabela acima é, neste guia, objecto de uma *ficha de elemento* da qual constam os seguintes dados e indicações:

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Descreve a informação que é captada pelo elemento e indica os objectivos que se pretende atingir com a utilização do elemento.
OBRIGAÇÃO	Indica se a utilização do elemento é obrigatória (essencial) ou opcional.
APLICABILIDADE	Indica o nível/escala ou tipo de objecto arquitectónico em cuja descrição o elemento é aplicável.
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	Expressa quais os requisitos necessários e condições que devem ser asseguradas antes da utilização do elemento, incluindo a dependência de valores específicos a inscrever noutros elementos ou subelementos e quais os efeitos que a utilização do elemento terá nos valores de outros elementos.
TERMOS A UTILIZAR	Lista e define, quando aplicável, os valores que podem ser utilizados no elemento.
FONTE	Referência aos tipos de fontes dos dados / informações a inscrever no elemento.
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Indica e define as normas ou métodos que podem ser utilizados para codificar os dados / informações a inscrever no elemento.

OBSERVAÇÕES Fornece informação adicional para ajudar à compreensão do objectivo e utilização do elemento.

EXEMPLOS Apresenta exemplos de preenchimento de dados / informações no elemento. Inclui *links* para registos de outros sistemas de inventário.

COTEJO**SIPA****IGESPAR**

Lista o(s) elemento(s) do SIPA correspondente(s) ao elemento ou a que respeita a presente ficha.

Lista o(s) elemento(s) a base de dados de inventários do IGESPAR correspondente(s) ao elemento a que respeita a presente ficha.

3. Fichas de elemento

01 CATEGORIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Inscribe a tipologia patrimonial e arquitectónica inicial ou consagrada do objecto patrimonial a inventariar. A indicação desta tipologia organiza de imediato a informação relativa ao universo produtivo do objecto que estamos a descrever.	
OBRIGAÇÃO	Obrigatório.	
APLICABILIDADE	Este elemento é aplicável sempre que estamos a descrever um objecto patrimonial industrial ou técnico.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A Categoria condiciona e é condicionada pelos valores a inscrever nos elementos Tipo, Descrição e Tipologia.	
TERMOS A UTILIZAR	Património industrial g).	
FONTE	Em comum com o elemento <i>Categoria</i> do KIT01.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever deve obedecer à seguinte formulação: <i>Património industrial</i> .	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	Ver ficha de inventário preenchida.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Código tipológico	Categoria de pesquisa

02 TIPO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Inscreve a função do objecto arquitectónico a inventariar. Quando se trata de descrever uma fábrica ou uma estrutura técnica de produção indica-se o tipo de indústria, de oficina, etc.. A indicação desta tipologia organiza de imediato a informação relativa ao universo produtivo do objecto que estamos a descrever.	
OBRIGAÇÃO	Obrigatório.	
APLICABILIDADE	Este elemento é aplicável sempre que estamos a descrever um objecto patrimonial industrial ou técnico.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	O tipo condiciona e é condicionado pelos termos a inscrever nos elementos <i>Categoria, Tipologia e Utilização inicial</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	1. Forno g)	1.1.Forno de cal 1.2.Forno de carvão 1.3.Forno de cerâmica 1.4.Forno de cimento 1.5.Forno de metais 1.6.Forno de pão 1.7.Forno de pez 1.8.Forno de produtos químicos 1.9.Forno de vidro Outros
	2. Lagar	2.1.Lagar de azeite 2.2.Lagar de cera 2.3.Lagar de vinho
	3. Manufatura g)	3.1.Fiação 3.2.Fundição 3.3.Panos 3.4.Papel 3.5.Porcelana 3.6.Prata 3.7.Seda 3.8.Tabaco 3.9.Tapeçarias 3.10.Vidro Outros
	4. Moinho	4.1.Moinho de água 4.2.Moinho de vento
	5. Oficina g)	5.1.Alfaiataria 5.2.Canteiro 5.3.Carpintaria 5.4.Carroçaria 5.5.Cestaria 5.6.Cordoaria 5.7.Costura 5.8.Embalagens 5.9.Encadernação 5.10.Engomados 5.11.Ferreiro 5.12.Gravura de sola 5.13.Latoaria 5.14.Lavandaria 5.15.Marcenaria

		5.16.Mecânica de automóveis 5.17.Picheleiro 5.18.Pintura 5.19.Sapataria 5.20.Serralharia 5.21.Tanoaria 5.22.Tapeçaria 5.23.Tapetes 5.24.Tecelagem 5.25.Tipografia 5.26.Torneiro Outra
	6. Unidade de produção / fábrica g)	6.1.Automóveis 6.2.Componentes eléctricas 6.3.Componentes electrónicas 6.4.Bebidas 6.5.Borracha 6.6.Calçado 6.7.Cerâmica de construção 6.8.Cerâmica de uso doméstico 6.9.Chapelaria 6.10.Cortiça 6.11.Curtumes 6.12.Editoriais e indústrias conexas 6.13.Metalurgia 6.14.Madeira 6.15.Mobiliário 6.16.Papel 6.17.Plásticos 6.18.Pólpova 6.19.Produtos de electricidade 6.20.Produtos alimentares 6.21.Produtos químicos 6.22.Tabaco 6.23.Tabaco 6.24.Têxteis 6.25.Tinturaria 6.26.Vestuário 6.27.Vidro Outros
FONTE	O objecto em si.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever deve obedecer à seguinte formulação: 1 – indicar a categoria a que pertence o objecto arquitectónico a inventariar 2 – indicar a tipologia arquitectónica de acordo com a categoria anterior referida	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	Ver ficha de inventário preenchida.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Código tipológico	Categoria de pesquisa

03 IDENTIFICADOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

04 DESIGNAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

05 LOCALIZAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

06 ACESSO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

07 PROTECÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

08 ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

09 IMAGEM – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

10 ENQUADRAMENTO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Descrição resumida da envolvente do objecto arquitectónico ou patrimonial, nas suas vertentes geofísica, histórica e sócio – cultural, do modo de inserção na envolvente e das relações do objecto com o meio. Insere o bem patrimonial no território, facilitando uma melhor compreensão do objecto em si e da sua relação com o espaço onde se insere.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Aplica-se ao objecto inscrito na categoria património industrial	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	O <i>Enquadramento</i> condiciona e é condicionado pelos termos a inscrever no elemento <i>Descrição</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Urbano Bairro industrial Bairro residencial Próximo de um curso de água Junto ao porto Área industrial	
FONTE	O objecto em si e a sua envolvente.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Na descrição de um espaço industrial ou técnico é importante caracterizar a envolvente: [Indicação da proximidade de um curso de água]. [Indicação da proximidade de uma linha de caminho-de-ferro ou um porto]. [Indicação do tipo de enquadramento (bairro industrial ou bairro residencial)].	
OBSERVAÇÕES	Complementar com a informação do <i>KIT1.0</i>	
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Enquadramento	Descrições / Nota histórica-artística

11 DESCRIÇÃO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Refere os diferentes edifícios que integram o objecto a inventariar, a sua relação e organização espacial e funcional. A alusão ou indicação de quais as estruturas industriais ou associadas a um edifício fabril ou a um moinho, por exemplo, prende-se com a dimensão do construído associado e com a dimensão económica ou social que se desenvolveu em torno dessa fábrica.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Aplica-se ao objecto inscrito na categoria património industrial	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A <i>Descrição</i> condiciona e é condicionada pelos termos a inscrever no elemento <i>Tipo, Enquadramento e Tipologia</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	1. Estruturas e espaços associados à produção	1.1.Açudes 1.2.Armazéns 1.3.Áreas associadas à produção ou distribuição de electricidade 1.4.Áreas onde se encontram quadros eléctricos 1.5.Áreas onde se encontram quadros de comando 1.6.Casa das máquinas g) 1.7.Chaminé 1.8.Edifícios fabris / fábrica g) 1.9.Fornos g) 1.10.Levadas 1.11.Oficinas g) Outros
	2. Estruturas e espaços sociais	2.1.Administração 2.2.Campo de futebol 2.3.Cinema 2.4.Creche 2.5.Escola 2.6.Habitações 2.7.Igreja 2.8.Jardim 2.9.Laboratório 2.10.Piscina 2.11.Refeitório 2.12.Teatro
	3. Modo de agrupamento dos edifícios	3.1.Edifício isolado 3.2.Edifício em banda 3.3.Edifício de gaveto 3.4.Edifício de extremo 3.5.Edifício formando rua Outro
	4. Implantação	4.1.Formato do lote (urbano /rústico) 4.2.Número de frentes sobre lotes adjacentes Outro
	5.Tipo de ocupação	5.1.Total 5.2.Parcial frente ao lote 5.3.Parcial recuado ao lote 5.4.Parcial central ao lote

		Outro
	6. Caracterização funcional e morfológica do edifício	6.1. Volumetria geral 6.1.1. Simples 6.1.2. Composta 6.2. Planta 6.2.1. Rectangular / nave 6.2.2. Rectangular / naves associadas 6.2.3. Quadrangular 6.2.4. Quadrangular formando pátio Outra 6.3. Número de pisos 6.4. Forma da cobertura 6.4.1. Inclinada com duas águas 6.4.2. Inclinada com uma água 6.4.3. Inclinada com quatro águas 6.4.4. Shed 6.4.3. Plana
	7. Sistemas e materiais de construção	7.1. Sistema 7.1.1. Tradicional 7.1.2. Misto 7.1.3. Moderno 7.2. Materiais 7.2.1. Aço 7.2.2. Adobe 7.2.3. Betão 7.2.4. Ferro 7.2.5. Madeira 7.2.6. Pedra 7.2.7. Vidro 7.2.8. Tijolo
FONTE	Objecto arquitectónico. Arquivo de obras das respectivas câmaras municipais. Arquivos das próprias fábricas. Fábricas similares.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever deve obedecer à seguinte formulação: [Indicação dos espaços associados à produção ou os espaços sociais existentes (pontos 1 e 2)]. [Indicação da organização ou articulação do edifício ou edifícios fabris a descrever (pontos 3,4,5)]. [Indicação da relação dos edifícios fabris com as estruturas associadas, caso existam (pontos 3,4,5)], [Indicação das características funcionais e morfológicas do objecto arquitectónico (ponto 6)]. [Indicação dos sistemas construtivos (ponto 7)]. Caso seja pertinente: [Indicação dos materiais de construção (ponto 7)]. [Indicação de alguns aspectos formais do edificado].	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	O exemplo da ficha preenchida mostra que a fábrica descrita tinha também, para além de outras, uma habitação.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Descrição	Descrições / Nota histórica-artística

12 ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

13 CRONOLOGIA – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Cronologia	Descrições

14 TIPOLOGIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Indica a energia utilizada e o tipo funcional. A indicação da energia pode contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento do bem industrial ou técnico que se está a descrever, aproxima-nos de uma cronologia ou tempo tecnológico, podendo antever-se que tipo de estruturas arquitectónicas são esperadas encontrar. A indicação desta tipologia organiza de imediato a informação relativa ao universo produtivo do objecto que estamos a descrever e ao seu âmbito tecnológico / cronológico.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Este elemento é aplicável sempre que estamos a descrever um objecto patrimonial industrial ou técnico.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A tipologia condiciona e é condicionada pelos termos a inscrever nos elementos <i>Enquadramento</i> e <i>Descrição</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Classificação - tipo de energia	1.A sangue g) 2.Eólica g) 3.Hidráulica g) 4.Vapor g) 5.Eléctrica
	Classificação - tipo funcional	1.Espaço aberto 2.Forno g) 2.1.Forno de cerâmica 2.1.1.Duas câmaras 2.1.2.Hoffman 2.1.3.Mufla 2.1.3.Soenga 2.1.4.Uma câmara 2.1.5.Vertical intermitente Outro 2.2.Forno de cimento 2.2.1.Hoffman 2.2.2.Rotativo Outro 2.3.Forno de metais 2.3.1.Aço 2.3.2.Bronze 2.3.3.Chumbo 2.3.4.Cobre 2.3.5.Ferro 2.3.5.1.Alto forno (também para aço) 2.3.5.2.Cadinhos 2.3.5.3.Cúpola 2.3.5.4.Reverbéro 2.3.6.Prata 2.3.7.Ouro Outro 2.4.Forno de pão 2.4.1.A lenha 2.4.2.Eléctrico Outro 2.5.Forno de pez 2.6.Forno de produtos químicos 2.7.Forno de vidro

		2.71.de cone 2.7.2.a potes 2.7.3.a tanque 3.Galerias (subsolo) g) 4.Oficina g) 5.Lagar 5.1.de vara 5.2.mecânico Outro 6.Moinho 6.1.de água 6.1.2.de maré g) 6.2.de vento g) 6.3.a sangue Outro 7.Manufactura g) 8.Mecanização g) 9.Automatização g)
FONTE	Bibliotecas Arquivos das empresas	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever deve obedecer à seguinte formulação: 1 - [Indicação do tipo de energia]. 2 - De acordo com o tipo de energia é importante: [Indicação do tipo de motor], [indicação da marca do motor] , [indicação do ano de fabrico do motor]. 3- [Indicação do tipo funcional ou sistema produtivo existente].	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	No caso da fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços. O tipo de energia utilizado é o vapor. Utiliza um motor central que é uma máquina a vapor e insere-se e o seu tipo funcional está associado à mecanização. Ver também exemplo de ficha de inventário preenchida.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Tipologia	Categoria / Tipologia

15 BENS MÓVEIS

DEFINIÇÃO	<p>Constitui o universo técnico que integra uma unidade produtiva, quer esteja no interior, a montante ou a jusante da oficina ou edifício principal de transformação. Podem ainda incorporar os bens móveis universos mais latos de património quando, eventualmente, se encontra mobiliário associado às habitações ou edifícios de administração, etc..</p> <p>O registo dos bens móveis indica-nos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a riqueza patrimonial ainda existente; - a tipologia das máquinas; - a cronologia; - a energia utilizada. 	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Este elemento é aplicável sempre que estamos a descrever um objecto patrimonial industrial ou técnico.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	Os bens móveis condicionam e são condicionados pelos termos a inscrever nos elementos <i>Tipologia</i> ou <i>Descrição</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Fábrica de produtos químicos	1. Sulfato de cobre (c. 1950) <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Silos de minério 1.2. Convertidor 1.3. Fornos de aquecimento 1.4. Forno rotativo de refinação de cobre 1.5. Torres de dissolução 1.6. Cuvas de dissolução 1.7. Tanques de decantação 1.8. Centrífugas 1.9. Cristalizadores 1.10. Espessador 1.11. Secador 1.12. Ciclones 1.13. Chaminé Outros
	Fábrica têxtil	

1. Fiação e tecelagem

1.1. Batedor

1.2. Cardas

1.3. Fiação contínua

1.4. Fiação «Mull-Jenny»

1.5. Máquina de estiragem

1.6. Penteador mecânico

	<ul style="list-style-type: none"> 1.14.Percha 1.15.Pisão 1.16.Secadeira 1.17.Tear 1.18.Urdideira Outros
Oficina de ferreiro	<ul style="list-style-type: none"> 1.Alicatões 2.Alisadores 3.Bigorna 4.Cavalete 5.Chegadeira 6.Espetão 7.Fole 8.Forja 9.Malhos 10.Moldes 11.Torno 12.Tenaz 13.Ventoinha Outros
Máquina a vapor	<ul style="list-style-type: none"> 1.Monocilíndrica horizontal 2.Vertical 3.Sistema composto de baixa e alta pressão
Oficina de fundição (finais do séc. XIX / meados do séc. XX)	<ul style="list-style-type: none"> 1.Aparelho de partir o ferro 2.Alisadores 3.Calcadeiras 4.Caixa de fundição 5.Caixas de moldação 6.Cilindro para limpeza das peças 7.Colheres 8.Colher de fundição 9.Estufa de secagem 10.Foles 11.Lancetas 12.Laços 13.Moinho 14.Moldes 15.Misturador 16.Níveis 17.Peneiro de areias Outros
Oficina de serralheiro mecânico (finais séc. XIX / meados do séc. XX)	<ul style="list-style-type: none"> 1.Brocas 2.Compasso 3.Engenho de furar 4.Esquadro 5.Limas 6.Limador mecânico 7.Máquina de frezar 8.Plainas mecânicas 9.Serras para metais mecânicas 10.Serrote 11.Torno 12.Verificadores Outros
FONTE	
REGRAS DE	A informação a inscrever deve obedecer à seguinte formulação: 1 - [Indicação da designação do bem móvel que se encontra associado

PREENCHIMENTO	ao edifício]. 2 - [Indicação do número de bens que podem existir do mesmo tipo] 3- Caso seja possível: [Indicação da data de cada bem móvel].	
OBSERVAÇÕES	Sempre que o tipo de bem móvel for diferente dos indicados na lista, procede-se à indicação do bem móvel e do respectivo número de bens existentes.	
EXEMPLOS	Ver o exemplo da ficha preenchida para a categoria do património industrial.	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Património móvel	Descrições / Nota histórico-artística

16 UTILIZAÇÃO INICIAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

17 UTILIZAÇÃO ACTUAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

18 PROPRIETÁRIO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

19 UTENTE – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

20 CONSERVAÇÃO GERAL – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

21 DOCUMENTAÇÃO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

22 OBSERVAÇÕES – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

23 AUTOR – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

24 DATA – VER KIT 01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

25 TIPO DE REGISTO – VER KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

IV. COMO CONTRIBUIR PARA OS INVENTÁRIOS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

1. Os utilizadores do presente documento são convidados a contribuir para o esforço colectivo de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico português e de promoção ou influência portuguesa, remetendo para o ponto focal **KITS – Património** propostas de registos de inventário patrimonial e de material associado correspondentes a edifícios ou estruturas construídas que, do seu ponto de vista, evidenciem interesse cultural e ou civilizacional.
2. Essas propostas, que poderão referir-se a património arquitectónico documentado ou indocumentado nos sistemas de informação e documentação patrimonial geridos pelos pelo IHRU e pelo IGESPAR, deverão ser elaboradas de acordo com as orientações e os requisitos estabelecidos no presente **KIT**.
3. As propostas de novos registos e de actualização/correção de registos pré-existentes e o respectivo material associado deverão ser remetidos para o ponto focal **KITS - Património** em formato electrónico (preferencialmente utilizando o processador de texto Microsoft Word ou compatível) e para os seguintes endereços:

- endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;
- endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141 SACAVÉM

4. O IHRU e o IGESPAR presumem que os direitos legítimos sobre a propriedade ou a posse dos registos e dos materiais associados que sejam remetidos para o ponto focal **KITS – Património** são detidos pelos respectivos remetentes, pelo que não se constituem como responsáveis pela eventual apropriação ou utilização ilegítima dos referidos direitos.
5. O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património**:
 - i. confere ao IHRU e ao IGESPAR os direitos de utilização, exploração, divulgação e reprodução desses registos e materiais ou de partes ou extractos dos mesmos, directamente ou por intermédio de terceiros, desde que esses direitos sejam exercidos no âmbito de actividades directa ou indirectamente relacionadas com o estudo, documentação, divulgação, salvaguarda e valorização de património arquitectónico.
 - ii. não vincula o IHRU e o IGESPAR ao dever de aceitação, conservação e integração dos referidos registos e materiais associados nos respectivos sistemas de informação e documentação patrimonial, nem, tão-pouco, ao dever de intervenção de salvaguarda e valorização no património objecto desses registos.

- iii. não confere ao património arquitectónico objecto desses registos qualquer tipo de protecção legal.

O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património** faz presumir que os termos e condições de produção, transmissão e utilização de registos de inventário e de materiais associados acima expressos são do total conhecimento do remetente, que com eles concorda sem reservas.

V. ANEXOS

A - EXEMPLO DE REGISTO DE INVENTÁRIO

CATEGORIA	Património industrial
TIPO	Indústria têxtil - lanifícios
IDENTIFICADOR	
DESIGNAÇÃO	Clemente Petrucci & Irmão (1920) / Complexo Industrial da Covilhã (1979) / Sociedade Têxtil da Beira Interior (2001)
LOCALIZAÇÃO	Distrito – Castelo Branco Concelho – Covilhã Freguesia – Conceição
ACESSO	Lugar do Sineiro
PROTECÇÃO	Sem protecção (na carta do património industrial da Covilhã (Julho 2002), esta unidade industrial era referenciada como um imóvel ou conjunto em estudo passível de eventual classificação).
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Época contemporânea, século XX
IMAGEM	    <p>Fig. 1 - Fachada principal</p> <p>Fig. 2 - Edifício central</p> <p>Fig. 3 - Croqui - implantação</p> <p>Fig. 4 - Barca de tingir</p>
ENQUADRAMENTO	Área urbana. Insere-se numa zona habitacional, constituindo frente de rua. Integra a malha urbana industrial que se desenvolveu nas influências da ribeira da Carpinteira, um dos maiores conjuntos industriais têxteis da cidade.
DESCRIÇÃO	Compõem-se por uma área de produção; chaminé; armazéns; serralharia; consultório médico; laboratórios; administração; refeitório; uma habitação do administrador. A tinturaria Petrucci, constituindo frente de rua, organiza o conjunto dos seus edifícios em função das operações aí desenvolvidas. Assim, destaca-se claramente o edifício central, onde se procedia à tinturaria. O seu desenho é muito mais cuidadoso revelando uma simetria fortemente marcada pela rasgada fenestração, essencial às operações

	<p>desenvolvidas no interior do edificado, definindo-se na fachada uma espécie de corpo central marcado por um frontão de volumetria curva, o qual oculta de certo modo o telhado em lanternim indispensável para a libertação dos vapores que aí se produziam e concentravam. Este edifício pode ser considerado o coração das operações fabris e estabelece a ligação entre as quatro naves que se localizam perpendicularmente a este corpo central, distribuindo estes volumes de uma forma equilibrada e simétrica.</p> <p>Inicialmente, a área da tinturaria era ladeada apenas por duas naves. Com a primeira ampliação de 1947, há a necessidade de se adossarem mais duas naves às iniciais. A ampliação de 1957 localizou-se ao fundo do pátio de entrada do conjunto não quebrando o equilíbrio inicial.</p> <p>De acordo com a diversa cronologia dos edifícios os materiais de construção utilizados e os sistemas de construção alteraram-se. Os sistemas mistos de construção deram lugar aos modernos (sistema pilar / viga em betão).</p>
ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR	Desconhece-se o autor inicial, no entanto, para o ano de 1947 correspondente à primeira ampliação o autor é um arquitecto local, Alexandre Genovevo Moreira.
CRONOLOGIA	Ainda que a firma fundadora desta unidade industrial tenha sido constituída em 1920, a construção da primeira fase desta tinturaria data de 1933, período que deve corresponder a um momento de expansão e modernização industrial. Primeira ampliação – 1947. Segunda ampliação – 1957.
TIPOLOGIA	Mecanização / energia eléctrica
BENS MÓVEIS	Designação - <i>barca de tingir</i> quantidade - 7
UTILIZAÇÃO INICIAL	Industrial
UTILIZAÇÃO ACTUAL	Industrial (2002)
PROPRIETÁRIO	
UTENTE	
CONSERVAÇÃO GERAL	<i>Razoável (sem manutenção mas sem perturbações estruturais)</i>
DOCUMENTAÇÃO	Arquivo / Bibliografia Arquivo de Obras da Câmara Municipal da Covilhã Processo nº 1286 – A
OBSERVAÇÕES	Esta ficha foi preenchida com base na ficha de inventário do Património Industrial da Covilhã, trabalho desenvolvido entre o Instituto do Português do Património Arquitectónico e o a Universidade da Beira Interior, entre 1999 e 2002 sensivelmente.
AUTOR	
DATA	Setembro 2008
TIPO DE REGISTO	

B - GLOSSÁRIO

- ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL** Esta designação poderá ter significados diferentes de acordo com contextos distintos. No início (anos 50 do século XX) do desenvolvimento desta nova área disciplinar, a arqueologia industrial integrava todo o universo que se relacionasse com os edifícios industriais, com o seu estudo e inventariação, a sua salvaguarda e a sua adaptação a outras funções. No entanto, com a evolução do conceito de património industrial, a partir da década de 70, a arqueologia industrial definiu mais o seu campo de acção de acordo com as metodologias de registo e estudo ligadas à arqueologia e aplicadas ao universo do património técnico e industrial.
- ARQUITECTURA INDUSTRIAL** Nem todos os edifícios que incorporam actividades técnicas e industriais podem ser reconhecidos como arquitectura industrial. O conceito de arquitectura industrial incorpora um longo percurso de desenvolvimento técnico, tanto a nível dos sistemas de construção como dos processos tecnológicos ocorridos no interior de um edifício, experimentados numa vasta área geográfica. Assim, a utilização do ferro e do betão, materiais desenvolvidos com a industrialização, em edifícios que cumpriam uma função industrial contribuíram para a criação de formas e soluções arquitectónicas que se podem identificar com arquitectura industrial.
- AUTOMATIZAÇÃO** Corresponde ao sistema fabril de produção em série, assente na organização industrial por sistemas mecânicos integrados, implicando a organização científica do trabalho.
- CASA DAS MÁQUINAS** Edifício onde se encontra instalado o motor central da fábrica do período que corresponde sensivelmente à primeira revolução industrial. Este motor pode ser uma máquina a vapor, uma turbina, uma máquina a gás pobre. É um dos edifícios mais significativos para a indústria deste período, pois é deste local que a energia é distribuída para toda a fábrica. A localização da casa das máquinas em relação ao edifício de produção é variada e depende de vários factores.
- CONJUNTOS INDUSTRIAIS** Podem encontrar-se diversamente organizados no território. A sua localização associa-se ao período em que se desenvolveram, podendo estar dependente do tipo de energia utilizada, da proximidade de matérias-primas ou da existência ou

não de uma planificação urbana. Os conjuntos industriais coetâneos à primeira revolução industrial encontram-se preferencialmente próximos dos cursos de água ou das minas, podendo muitas vezes constituir as primeiras concentrações industriais ligadas à produção de um mesmo produto. Com a segunda revolução industrial há uma maior liberdade quanto à organização da indústria no território, ao tipo de indústria concentrada, à forma arquitectónica, etc., etc. Esta fase é coincidente com as primeiras leis referentes ao urbanismo, podendo em alguns casos condicionar a concentração da indústria. Alguns dos conjuntos industriais incorporam também outros programas, como os residenciais, os sociais, os escolares ou os de lazer.

Resumidamente podem referir-se dois tipos de conjuntos industriais:

1. espontâneas – implantam-se nas cidades, arredores ou por vezes no campo, onde se concentram fábricas e outras instalações de apoio;

2. planificadas – dependem da acção de um empresário ou do poder público, podendo a sua construção inscrever-se no quadro de uma política de desenvolvimento do território.

ENERGIA

Tudo o que produz ou pode produzir acção (trabalho e / acção).

ENERGIA EÓLICA

Energia natural e renovável baseada na força do vento.

ENERGIA HIDRÁULICA

Energia natural, resultante do movimento, altura e peso da água.

ENERGIA HIDROELÉCTRICA

Resulta da transformação da energia hidráulica em electricidade, através da utilização de turbinas hidráulicas que irão accionar geradores.

ENERGIA A SANGUE

É a primeira energia utilizada pelo homem. Depende do movimento de um animal ou do homem para accionar um determinado mecanismo. A impulsão / a força é exercida directamente no motor ou na máquina a mover. Como exemplo, refiram-se as galgas em pedra, presentes numa das fases do fabrico do azeite, as quais são accionadas directamente por um animal.

ENERGIA A VAPOR

Energia artificial resultante da expansão do vapor produzido em caldeiras.

FÁBRICA

O termo fábrica só se começou a generalizar a partir do século XIX. Esta divulgação está associada a uma nova concepção de trabalho e edifício, mais conhecido pelas *mills* inglesas. A fábrica

	<p>corresponde a uma nova organização do trabalho e à sua mecanização assente num motor central (hidráulico, a vapor, turbina, etc.) que organizou o fabrico, as secções, os horários, etc. Genericamente pode referir-se que se reporta a um local de produção industrial destinada à transformação, com a ajuda das máquinas, de matérias primas, de produtos semi-fabricados, com o objectivo de obter produtos acabados. Há uma enorme diversidade de tipologias fabris que incorporam os espaços de trabalho do século XIX e XX.</p>
FORNOS	<p>Uma construção na qual se gera calor por via de combustíveis ou electricidade. Há uma numerosa diversidade de fornos, que se caracteriza de acordo com a cronologia, com a função (pão, cerâmica, vidro, metais, cal, cimento, etc.), com os materiais de construção utilizados e com a localização geográfica.</p>
GALERIAS OU POÇOS	<p>Áreas de circulação escavadas no subsolo destinadas à exploração mineira.</p>
MANUFACTURA	<p>O conceito de manufactura relaciona-se com uma primeira organização racional da produção associada a máquinas, ainda movidas a energia hidráulica e algumas a energia humana. Corresponde a um período que se desenvolve entre o século XVII – XVIII. Em Portugal podemos associar o período manufactureiro às políticas industriais do conde da Ericeira e do Marquês de Pombal.</p>
MÁQUINA	<p>Conjunto de órgãos mecânicos que executa trabalho útil, transmitindo e modificando movimento, forças e energia, com o objectivo de produzir uma tarefa.</p>
MÁQUINA-FERRAMENTA	<p>É uma ferramenta mecanizada que tem por fim produzir bens de capital (necessários para a produção de bens de consumo). Exemplo: torno, máquina de furar, limadora mecânica, fresadora mecânica.</p>
MÁQUINA OPERADORA	<p>Destina-se à produção mecânica dos bens de consumo. Exemplo: tecidos, manteiga, rolhas.</p>
MÁQUINA A VAPOR	<p>Indissociável da revolução industrial, trata-se de um motor movido por energia a vapor produzido em caldeiras.</p>
MAQUINOFATURA	<p>Verifica-se quando o trabalho industrial é feito com recurso a máquinas.</p>
MECANIZAÇÃO	<p>Corresponde ao sistema fabril de produção em massa, assente</p>

nas transmissões mecânicas. Os produtos são obtidos por máquinas que se encontram organizadas numa linha de produção na qual os operários passaram a ser mais vigilantes do que de intervenientes.

MOINHO DE MARÉ

A sua localização em estuários ou esteiros próximos da costa é fundamental para a sua laboração, que depende dos níveis da maré. A água retida na caldeira (grande reservatório de água represada) irá accionar as rodas hidráulicas (rodízios, por exemplo).

MOINHO DE VENTO

Constituído por engrenagens que são accionadas pela força do vento. No moinho de vento mais comum a força é aplicada por 4 velas a um veio horizontal que irá desmultiplicar a força a um outro veio vertical, fazendo accionar as mós.

OFICINA

Espaço de trabalho onde a presença do homem tem uma importância fundamental para a obtenção de um produto final. Na oficina as ferramentas são essenciais. O variado e diverso número de ferramentas não permite aqui uma indexação. Numa oficina de olaria, por exemplo, o forno e o torno de oleiro são a base material / técnica da produção; as ferramentas existentes são muito elementares.

PARQUE INDUSTRIAL

Aglomerado planeado e integrado nos planos de ordenamento municipais, constituído por diversas unidades de carácter industrial, cujo estabelecimento e instalação pressupõe a aprovação conjunta dos Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia (cf. **Decreto-Lei n.º 232/92, D.R. n.º 244, Série I-A de 1992-10-22** relativo aos Planos de Ordenamento de Parques Industriais).

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Integra tanto os testemunhos materiais como imateriais das actividades técnicas e industriais com maior incidência para o período da industrialização ligada ao desenvolvimento da economia capitalista: fábricas, lojas, armazéns, habitações, escolas, creches ou cinemas, máquinas, sistemas de energia, etc., e o próprio urbanismo, para além das novas formas de vida ou das relações de trabalho produzidas pelo desenvolvimento da indústria. Definição elaborada pelo TICCH (1978) – *Paisagem, sítio, edifício / bens móveis – instalações, máquinas, utensílios que testemunham a actividade das sociedades economicamente desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, compreendendo as fontes de energia e as matérias primas, os lugares de trabalho, os meios de transporte e utensílios técnicos, o conjunto dos produtos que resultaram da actividade industrial, o conjunto*

dos documentos escritos, gráficos, fotográficos, os textos administrativos, jurídicos, técnicos e outros.

PATRIMÓNIO MINEIRO

Muito associado ao património industrial, ou integrando-o mesmo, dado o seu legado técnico e tecnológico, o património mineiro incorpora, no entanto, uma realidade que lhe confere uma certa singularidade, que é a geológica. Sem a presença de especificidades geológicas os assentos ou sítios mineiros compostos por múltiplos vestígios não se desenvolviam como uma cidade ou lugar da terra e da técnica, organizando formas de vida e de relações sociais reconhecidas nos espaços de habitação, de trabalho, e de representação social.

PRÉ-INDUSTRIAL

É um conceito associado às técnicas de um longo período da história da humanidade, que vão ser substituídas com maior ou menor rapidez, dependendo dessa alteração do desenvolvimento e expansão industrial em cada país. Estas técnicas encontram-se presentes numa economia mais dependente dos recursos naturais, estando profusamente disseminadas pelo território. Podemos incluir neste conceito, os moinhos de vento, os moinhos de água e outras actividades accionadas pela energia hidráulica (pisões, por exemplo), as forjas, as olarias e todo o universo das pequenas oficinas.

RODA HIDRÁULICA

Motor que através da acção da água produz movimento.

TRANSMISSÕES

Ligações mecânicas entre o motor central e as máquinas operadoras.

C - RECURSOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ACTAS

- Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial, (12 a 14 de Novembro de 1998). A Indústria têxtil Europeia – Os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar.* Coord. Elisa Pinheiro, Covilhã: UBI, 2002
- Arquitectura e Indústria Modernas, 1900-1965, Actas do Segundo Seminário DOCOMOMO Ibérico, Susana Landrove (Dir.). S.L.: DOCOMOMO Ibérico, 2000*
- I^a Jornadas Ibericas do Património Industrial Y la Obra Publica.* Sevilha-Motril (1990): Junta de Andalucía, 1994
- I Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Museologia. Comunicações.* Lisboa: EPAL, 2000
- I Encontro Nacional sobre o Património Industrial.* vol. 1 e 2, Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1989
- Reconversão e Musealização dos Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial,* Coord. Maria da Luz Sampaio. Porto: Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, 2003

CATÁLOGOS

- Catálogo do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira interior. Núcleo da tinturaria da Real Fábrica de Panos.* Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998
- Catálogo. Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês,* Coord. Jorge Custódio. Silves: Fábrica do Inglês, S.A., 1999
- Museu da Ciência, Luz e Matéria, Universidade de Coimbra, AAVV,* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.
- Museu do Ferro & da região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos, catálogo,* Coord. Jorge Custódio e Nelson Campos. Torre de Moncorvo: Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, 2002
- O Homem, o trabalho e a fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira,* catálogo de exposição, Coord. Clara Camacho. Vila Franca de Xira; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999

PERIÓDICOS

- Arqueologia e Indústria,* n.º 1-3, Lisboa: Edições Colibri, Julho 1998-1999.
- Arqueologia Industrial,* Coord. José Manuel Cordeiro, 2.^a Série, n.º 1 e 2, vol. I, 1993.
- Arqueologia Industrial,* Coord. José Manuel Cordeiro, 3.^a Série, n.º 1 e 2, vols. I e II, 1997-1998.

**OBRAS DE
REFERÊNCIA**

Arqueologia Industrial, Coord. José Manuel Cordeiro, 4.ª Série, nº 1 e 2, vols. I e II, 2005-2006.

Ecomuseu Informação, Direc. Graça Filipe, Seixal: Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal

Mineração do Baixo Alentejo, Coord. Miguel Rego, Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, 1996.

Mineração do Baixo Alentejo, Coord. Miguel Rego e Paulo Jorge Nascimento, vol. II, Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, 2002.

Chartre Nizhny Tagil para o Património Industrial, Julho 2003. In www.mnactec.com/TICCIH

Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, 1994

The Blackwell Encyclopedia of Industrial Archeology, AAVV, Oxford: Editorial Organization Barrie Trinder, 1992

**BIBLIOGRAFIA
GERAL**

A Arquitectura da Indústria, 1925-1965, Registo DoCoMoMo Ibérico, Coord. Ed. AVV, Barcelona: Fundación DoCoMoMo Ibérico, 2005 (a componente de inventariação portuguesa ficou a cargo do IPPAR)

ABELEN, Georges van den - *L'archéologie industrielle, De L'aventure à la Science*, Éditions Racine, 1997

ARROJA, Ana Filipa Larcher de J. F. - *Universidade Lusófona - Potencial Património Arquitectónico e Industrial*, vol. 1 e 2, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Policopiado, Évora: Universidade de Évora, 2007

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima (Coord.) - *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro, 1953-1964. Picote, Miranda, Bemposta*, 1ª Edição, Porto: FAUP, 1997

CORDEIRO, José M. Lopes - *A indústria conserveira em Matosinhos: exposição de arqueologia industrial*. Porto: Câmara Municipal, 1989

CUSTÓDIO, Jorge - *Arqueologia Industrial e Património*. In *História e Crítica*, nº 3, Lisboa, Maio-Junho 1979, pp. 5-11, 46-47.

CUSTÓDIO, Jorge - *A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Algumas achegas iconográficas e documentais*. In *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nº 7, Portalegre, 1992.

CUSTÓDIO, Jorge - *As minas abandonadas do ponto de vista da arqueologia mineira e industrial*. Separata do *Boletim de Minas*, vol. 30, nº 2, Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 1993.

CUSTÓDIO, Jorge - *Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade*. *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 435-492.

CUSTÓDIO, Jorge - *A máquina a vapor de Soure, um património industrial da Fundação Belmiro de Azevedo*, Porto: Edição

- Belmiro de Azevedo, 1998.
- CUSTÓDIO, Jorge - *A Real Fábrica de Vidros de Coima (1719-1747) e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Aspectos históricos, tecnológicos artísticos e arqueológicos*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.
- CUSTÓDIO, Jorge – Património Mineiro. *Estudos*, Lisboa: IPPAR, 2005, pp. 145-164.
- DAUMAS, Maurice – *L'Archeologie Industrielle en France*, Paris: Éditions Robert Laffont, 1980.
- Engenho e Obra. Uma abordagem à história da engenharia em Portugal no século XX*, coord. BRANDÃO, J.M., HEITOR, Manuel, ROLLO, Maria Fernanda, Lisboa: D. Quixote, 2002.
- FOLGADO, Deolinda - *Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.. Um exemplo da indústria alimentar na sociedade de consumo*, Lisboa: Expo 98, 1998, pp. 115-142.
- FOLGADO, Deolinda - A Arquitectura Industrial em Vila Franca de Xira. *Memórias de Pedra e Cal*, Cat. Coord. Graça Nunes, Vila Franca de Xira: CMVFX, 2001, pp. 181-206.
- FOLGADO, Deolinda - Paisagem Industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?. *Margens e Confluências*, nº3, Guimarães: Escola Superior Artística do Porto, Dezembro 2001, pp. 65-89.
- FOLGADO, Deolinda - Instituto Português do Património Arquitectónico: Inventário do Património Industrial. *XIII Semana de Estudos. Novas Tecnologias. Inventários*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura, 2002, pp. 213-238.
- FOLGADO, Deolinda - Inventário do Património Industrial da Covilhã. Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial. *Estudos, Património*, nº 3, Lisboa: IPPAR, 2002, pp. 115-123.
- FOLGADO, Deolinda – “A Memória ao Negro” ou a salvaguarda como reduto da memória. *Estudos, Património*, nº 6, Lisboa: IPPAR, 2004, pp. 20-32.
- FOLGADO, Deolinda – “A Napolitana”. Programa arquitectónico ao serviço da indústria. *Estudos, Património*, nº 6, Lisboa: IPPAR, 2004, pp. 102-108.
- FOLGADO, Deolinda – “... para mais tarde recordar.” Edifício da Kodak e seu contexto. *Estudos, Património*, nº 7, Lisboa: IPPAR, 2004, pp. 79-90.
- FOLGADO, Deolinda – À procura de uma identidade. Da Real Fábrica de Gelo à Fábrica da Neve da Serra de Montejuento. *Estudos, Património*, nº 9, Lisboa: IPPAR, 2006, pp. 135-149
- FOLGADO, Deolinda, CUSTÓDIO, Jorge - *Guia do Património Industrial, Caminho do Oriente*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- FOLGADO, Deolinda, LACERDA, Manuel - Projecto de levantamento da Arquitectura Industrial Contemporânea em Portugal (1920-1965). *Estudos, Património*, nº 1, Lisboa: IPPAR, 2001, pp. 185-186.

- FOLGADO, Deolinda, LACERDA, Manuel - DoCoMoMo Ibérico e o Levantamento da arquitectura industrial contemporânea portuguesa (1929-1965). *Estudos, Património*, nº 2, Lisboa: IPPAR, 2002, pp. 204-206.
- FOLGADO, Deolinda, CUSTÓDIO, Jorge, LEITÃO, Manuela, MURALHA, João, Fábrica Schalk – Um exemplo de Arqueologia Industrial em Lisboa. Primeiros dados da Intervenção Arqueológica. *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2003, pp. 53-89.
- MATOS, Ana M. C. - *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos lanifícios do Alentejo*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998,
- MENDES, José M. Amado – *Santos Barosa, 100 anos do vidro: 1889-1989*, Marinha Grande: s.n., 1992.
- Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projectos*, AAVV, Lisboa: APAI, 1991
- Museu do Oriente: de armazém frigorífico a espaço museológico*, AAVV. Lisboa: Fundação Oriente, 2008
- PEREIRA, Nuno Teotónio, BUARQUE, Irene - *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- NABAIS, José, RAMOS, Paulo - *100 anos do Porto de Lisboa, Administração do Porto de Lisboa*, Administração do Porto de Lisboa, 1987.
- PALMER, Marilyn, NEAVERSON, Peter - *Industrial Archaeology, principles and practice*, London: Routledge, 1998.
- Património Industrial no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Coord. José Amado Mendes e Isabel Fernandes, 2 vols, Santa Maria da feira: ADRAVE, 2002.
- RAMOS, Paulo - *Património Industrial: Da identificação à reutilização* (textos), policopiado, Lisboa: Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, s.d..
- RAMOS, Paulo Oliveira – EPAL, *Iconografia Histórica*, vol. I e II, 1ª Edição, Lisboa: EPAL, 2007.
- RAVARA, Pedro Belo – *A consolidação de uma prática: do edifício fabril em betão armado nos EUA aos modelos europeus da modernidade*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007
- Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da venda Nova*, Câmara Municipal da Amadora, 1996.
- RODRIGUES, Manuel; MENDES, J. M. Amado – *História da Indústria Portuguesa, da Idade Média aos nossos dias*, Mem-Martins: Publicações Europa – América, Associação Industrial Portuense, 1999
- SANTOS, António Maria A – *Para o Estudo da Arquitectura Industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, Vol. I e II, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Texto policopiado,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1996.

RECURSOS WEB

DOCOMOMO INTERNACIONAL

URL: <http://www.docomomo.com>

Instituto Português do Património Arquitectónico ou IGESPAR

URL: <http://www.ippar.pt>

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

URL: <http://www.Mnactec.com/TICCIH>

© 2010 Copyright IHRU, IP; IGESPAR, IP

O texto deste documento pode ser adaptado ou reproduzido para uso pessoal ou organizacional sem autorização específica, desde que sujeito a citação apropriada. O trabalho não pode ser usado para outros fins, designadamente comerciais, sem a autorização prévia formal dos seus editores. Pedidos e questões sobre a reprodução e direitos deverão ser remetidos para kitspatrimonio@ihru.pt.

Esta publicação deve ser citada da seguinte forma:

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património Arquitectónico — Geral*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits - património, nº 3, versão 1.0), URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt; www.igespar.pt



REPÚBLICA PORTUGUESA

MC
MINISTÉRIO DA CULTURA

simplex
PROGRAMA DE SIMPLIFICAÇÃO
ADMINISTRATIVA E JUSTIÇA
UNIDADE ADMINISTRATIVA LOCAL